



ARTIGOS

As múltiplas crises do imperialismo

The Multiple Crises of Imperialism

Alex Callinicos*

Resumo

Os EUA enfrentam várias crises geopolíticas, com a irrupção do ISIS, a guerra civil na Ucrânia e o crescente poderio da China no Leste Asiático. Essas crises levaram parte da esquerda a um diagnóstico de reafirmação do poder americano e um conseqüente apoio político aos Estados que se contrapõe geopoliticamente aos EUA. Tal diagnóstico se baseia em um erro teórico. Em uma perspectiva marxista, o imperialismo moderno é um sistema de competição e rivalidade intercapitalista. As atuais crises enfrentadas pelos EUA resultam de uma renovação das rivalidades interimperialistas decorrente da redistribuição global do poder econômico.

Palavras-chave: imperialismo, EUA, China, Rússia.

Abstract

United States faces many geopolitical crises: the rise of ISIS, Ukraine war and China's growing power. Many on the left diagnosis this crises as the assertion of American power to maintain and even expand Washington's global domination leading them to political support for states that resist the US geopolitically. This diagnosis is theoretical flawed. From a Marxist perspective, modern imperialism is a system of intercapitalist competition and rivalry. The global redistribution of economic power is leading to an intensification of geopolitical competition. The geopolitical crises that United States faces takes place against the background of a renewal of inter-imperialist rivalries on a scale not seen since the end of the Cold War

Key words: Imperialism, EUA, China, Russia.

* Professor do departamento de Estudos Europeus no King's College da Universidade de Londres. Editor do periódico *International Socialism*, publicado pelo partido Socialist Workers Party (SWP). O presente artigo foi publicado na edição 144 em 10 de outubro de 2014. O original está disponível em <http://isj.swp.org.uk/www.isj.org.uk/indexe41c.html?id=1002&issue=144#144callinicos_38>. Traduzido por Eduardo Sá Barreto e João Leonardo Medeiros.

Ainda que os Estados Unidos permaneçam no centro de comando do capitalismo global, uma multiplicidade de crises tem sido exibida em suas telas nos últimos meses. Consideremo-las em ordem crescente de importância segundo a perspectiva dos tomadores de decisão dos EUA. Primeiramente, houve a mais recente guerra de Israel à Gaza – menos uma crise para Washington que o tipo de explosão violenta por meio da qual um tipo de equilíbrio é reestabelecido, embora seja um ultraje e um crime para um número crescente de pessoas ao redor do mundo. Em segundo lugar, houve a guerra – agora suspensa por um frágil cessar-fogo – entre o governo pró-Occidente em Kiev e forças apoiadas pela Rússia no sudeste da Ucrânia. Em terceiro lugar, há a campanha de bombardeios dos EUA para bloquear o avanço do grupo jihadista que se autointitula Estado Islâmico, mas que continuaremos a chamar de EIIS, no Iraque e na Síria¹. E, finalmente – não ainda uma crise, mas potencialmente o mais sério conflito –, há a crescentemente intensa concorrência inter-Estados na Ásia Oriental, em resposta ao poder em expansão da China².

Uma coisa interessante sobre essa lista é que dois dos itens – a guerra na Ucrânia e a ascensão do EIIS – não teriam figurado nas previsões de ninguém para o início de 2014. Isso é um sinal da volatilidade da situação internacional, que é consequência de deslocamentos de poder entre os Estados capitalistas líderes. Mas é também bastante amedrontador. Christopher Clark, em seu influente novo livro sobre a eclosão da Primeira Guerra Mundial, sustenta que, apesar da polarização da Europa em dois blocos de poder rivais, no verão de 1914 “o perigo de um conflito entre os grandes blocos de alianças parecia estar retrocedendo, no mesmo momento em que a cadeia de eventos que finalmente arrastaria a Europa para a guerra foi posta em movimento” (Clark, 2012, p. 364). A guerra pode apalpar de surpresa até mesmo os maiores poderes, como podemos ver agora no relutante reenvio por Barack Obama de poderio militar dos EUA ao Iraque.

Para muitos da esquerda, internacionalmente, essa relutância é simulada. Para eles, o elemento unificador nessas diferentes crises é a afirmação do poder americano para manter, e até mesmo expandir, a dominação global de Washington, pulverizando no processo Estados como Iraque, Síria e Ucrânia. Esse diagnóstico, em geral, encaixa-se perfeitamente em uma reprise do que ficou conhecido como “campismo” durante a Guerra Fria – isto é, apoio político a Estados que, por resistirem aos EUA geopoliticamente, são tidos como algo progressistas.

A guerra na Ucrânia foi acompanhada, como discute Rob Ferguson em ou-

¹ [N.T.] A redação aparentemente truncada acima tem razão de ser: o autor rejeita o tratamento universal “Estado Islâmico”, preferindo a denominação e a sigla que apontam para os países em que o grupo concentra suas atividades.

² Obrigado a Anne Alexander, Joseph Choonara, Phil Marfleet, Judith Orr, John Rose e Camilla Royle por seus comentários na versão preliminar desse artigo.

tra parte dessa edição³, de uma explosão do campismo, com o altamente respeitável marxista russo Boris Kagarlitsky chegando ao ponto de dizer, a respeito das forças apoiadas pela Rússia no sudeste da Ucrânia: “O que está ocorrendo em Novorossiya é um movimento revolucionário, embora ainda não seja uma revolução em termos de transformação social” (Kagarlitsky, 2014)⁴. No Oriente Médio, o campismo toma a forma de apoio à aliança orquestrada pelo regime republicano islâmico no Irã, incluindo notadamente o regime de Bashar al-Assad na Síria e o Hizbollah, o movimento islâmico xiita que domina o Líbano. De modo mais abrangente, muitos da esquerda olham para Rússia e China como contrapesos aos EUA.

O problema com esse complexo de ideias é simultaneamente factual, teórico e político. Retornaremos à política. Factualmente: os EUA têm, com frequência, nutrido projetos expansionistas. Isso foi verdadeiro em sentido amplo após a Guerra Fria, quando sucessivos governos buscaram criar, ao exportar o neoliberalismo e expandir a OTAN, uma ordem global econômica e politicamente dominada pelos EUA (Gowan, 1999). E, mais especificamente, a administração de George W. Bush, no apogeu do neoconservadorismo [neocon] após 11/9, procurou capturar o Iraque de modo a encrustar a dominação dos EUA no Oriente Médio, derrubar regimes hostis na Síria e no Irã, e disseminar a democracia burguesa, ao estilo neoliberal, no mundo árabe (Callinicos, 2003).

Mas o Oriente Médio hoje é moldado acima de tudo pelo fracasso desse presunçoso projeto e pelas revoluções árabes e as tentativas reacionárias de esmagá-las. A administração Obama é profundamente consciente disso. Isso não significa que ela não infligirá males adicionais à região, nem tramará conspirações (por meio de seu apoio a Israel, por exemplo), mas, como veremos em maior detalhe abaixo, que seus objetivos atuais são primordialmente defensivos.

Entendendo o imperialismo hoje

O problema também é teórico. Para boa parte da esquerda, imperialismo é identificado com dominação dos EUA. Mas essa não é a forma como era entendido pelos teóricos clássicos do imperialismo – e não porque eles estavam escrevendo cem anos atrás, muito antes do início da hegemonia americana. Para eles, imperialismo possuía duas características cruciais. Antes de mais nada, envolvia

³ [N.T.] O autor refere-se à edição do periódico *International Socialism*, no qual o próprio artigo aqui traduzido foi originalmente publicado. Cf.: (Ferguson, 2014).

⁴ “Novorossiya” – o nome adotado pelos rebeldes pró-Rússia para os territórios sob seu controle – é sintoma do quanto seu movimento é permeado por ideologias imperiais. Foi o nome dado ao que hoje é a Ucrânia oriental depois que foi conquistada pela Rússia sob Catarina, a Grande, no final do século XVIII. O regime tsarista ocupou a área com colonos, muitos dos quais ucranianos, contribuindo não-intencionalmente, como resultado, para definir as fronteiras da Ucrânia moderna.

um sistema de rivalidades geopolíticas entre os Grandes Poderes. Como o liberal J. A. Hobson (uma grande influência em Lenin) aponta, “a novidade do imperialismo recente, tomado como uma política, consiste principalmente em sua adoção por diversas nações. A noção de um número de impérios concorrentes é essencialmente moderna” (Hobson, 1938, p. 6).

Em segundo lugar, a emergência dessas rivalidades era uma consequência de uma fase específica do desenvolvimento capitalista, como Lenin sublinha em seu panfleto *Imperialismo*. A concentração e centralização do capital que Marx identifica em *O Capital*, volume 1, como uma das principais tendências emergindo do processo de acumulação capitalista, conduziu, no início do século XX, à interseção entre concorrência econômica e geopolítica. Capitais, cada vez maiores em escala e operando internacionalmente, passaram a depender do auxílio de seus Estados-Nação para defender seus interesses; da mesma forma, para sustentarem-se contra seus rivais, Estados precisavam promover as economias industriais capitalistas que sozinhas poderiam fornecer sistemas complexos de armas modernas e a infraestrutura de guerra. A crescente interdependência de Estados e capitais engendrou a intensificação de rivalidades geopolíticas que eclodiram em guerra mundial em agosto de 1914 e que produziram uma segunda rodada de carnificina em 1939-45⁵.

Assim, de uma perspectiva marxista, o imperialismo moderno é um *sistema* de concorrência e rivalidade intercapitalista. A contribuição-chave de Lenin para a teoria foi o conceito de desenvolvimento desigual. O capitalismo não cresce de modo uniforme: alguns Estados e regiões saltam à frente; outros ficam para trás. Essa desigualdade define a hierarquia de poder no mundo. Mas, crucialmente, o desenvolvimento desigual do capitalismo redistribui poder entre os Estados líderes. Isso significa que o equilíbrio de poder encontra-se em constante deslocamento, criando as circunstâncias para novos conflitos. O desenvolvimento geopolítico crucial na primeira metade do século XX foi o deslocamento no poder relativo desde a Grã-Bretanha, até então o Estado capitalista dominante, para os EUA, e a Alemanha; hoje, outro deslocamento no poder relativo vem ocorrendo entre os EUA e a China. Mudanças dessa natureza, Lenin destacou, tornam impossível a pacífica integração transnacional dos capitais que Karl Kautsky denominou “ultraimperialismo” e que Michael Hardt e Toni Negri mais recentemente chamaram de “Império”: a redistribuição de poder entre os Estados mina os acordos que seriam necessários para fazer tal integração funcionar⁶.

⁵ A ideia de que o imperialismo capitalista é definido por uma interseção das concorrências econômica e geopolítica é um refinamento da teoria clássica, formulada simultaneamente por David Harvey e eu mesmo: Harvey, 2003 e Callinicos, 2003 e 2009.

⁶ Ver, sobre Lenin, ultraimperialismo e desenvolvimento desigual (e combinado), Callinicos (2009, pp. 62-66; 88-93).

Por que tantos na esquerda perderam de vista o caráter sistêmico do imperialismo? É possível que tenha algo a ver com duas ilusões de ótica. A primeira está relacionada à Guerra Fria. Esta revista⁷ foi incomum em avaliar a União Soviética como um Estado capitalista e, portanto, sua longa disputa com os EUA como uma forma de rivalidade interimperialista. Aqueles da esquerda que, ao invés disso, entendiam a URSS como uma sociedade socialista ou um Estado proletário degenerado ou, de modo mais vago, “pós-capitalista”, não poderiam ver a Guerra Fria como um conflito entre poderes imperialistas. Isaac Deutscher, por exemplo, elaborou uma interpretação muito influente que retratava a luta geopolítica e ideológica entre os blocos Ocidental e Oriental como uma “grande disputa” entre “sistemas sociais antagônicos”, capitalismo e socialismo respectivamente, na qual a União Soviética representava, ainda que imperfeitamente, o interesse revolucionário em escala mundial (Deutscher, 1961, pp. 99-100)⁸. Essa forma de pensar sobrevive em uma identificação residual da Rússia como um poder “anti-imperialista”, a despeito da brutalidade cínica com a qual esmagou o movimento de independência checheno e da crua fusão entre o alto comando do Estado e o capitalismo predatório irrefreado em Moscou.

A segunda ilusão de ótica emerge do assim chamado “momento unipolar” ao final da Guerra Fria, quando os EUA gozaram de extraordinária superioridade militar sobre os demais poderes combinados e, ao final dos anos 1990 e meados dos 2000, experimentaram *booms* econômicos significativos. Mas mesmo à época havia uma contradição entre a supremacia militar do Pentágono e o contínuo declínio econômico relativo dos EUA, camuflado por um *boom* que já vinha sendo impulsionado por uma bolha financeira – inicialmente no mercado de ações e então, em meados dos anos 2000, no imobiliário (Brenner, 2002). O estouro da última bolha, coincidindo com a derrota dos EUA no Iraque, tornou a fragilidade americana visível. Não apenas a crise econômica e financeira global teve início nos EUA, mas a China e outras economias “emergentes de mercado” recuperaram-se muito mais rapidamente. Entre 2007 e 2012, as economias avançadas cresceram 3%, os países emergentes e em desenvolvimento 31% e a China 56% (Wolf, 2014, p. 12). Foi precisamente durante a crise que a China emergiu como a segunda maior economia no mundo e também como a principal produtora, exportadora e consumidora de energia.

A divergência das taxas de crescimento está possibilitando um estreitamento do hiato em capacidade militar entre os EUA e o resto. Em 2013, o orçamento de defesa dos EUA era de imensos US\$ 600,4 bilhões, ainda eclipsando o de concorrentes próximos, China (US\$ 112,2 bilhões), Rússia (US\$ 68,2 bilhões),

⁷ [N. Ed.] Callinicos refere-se aqui à revista *International Socialism: A quartel review of socialist theory*, onde o artigo foi originalmente publicado.

⁸ Comparar Binns (1983) e Callinicos (2009, pp. 165-187).

Arábia Saudita (US\$ 59,6 bilhões) e Grã-Bretanha (US\$ 57 bilhões). Mas, desde o *crash*, o gasto com defesa elevou-se bruscamente em algumas das principais economias “emergentes de mercado”, ao mesmo tempo em que estagnou ou contraiu-se no ocidente. Em 2008-2013, o gasto real líquido com defesa cresceu 43,5% na China, 31,2% na Rússia, 10% no Brasil, 6,6% no Japão, 0,3% na França, 0,1% nos EUA, -4,3% na Alemanha, -9,1% na Grã-Bretanha e -21% na Itália. Entre 2001 e 2013, o orçamento oficial do Exército de Libertação Popular (que subestima consideravelmente o gasto chinês em defesa) aumentou em 700%⁹. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos [*International Institute of Strategic Studies*] estima que, dadas as tendências atuais, e dependendo das taxas de crescimento projetadas e das definições de gasto, os orçamentos de defesa dos EUA e da China convergirão em algum momento entre 2023 e 2028 (International Institute for Strategic Studies, 2013, p. 255).

Evidentemente, tais extrapolações devem ser tratadas com muito cuidado. A taxa de crescimento anual real dos gastos chineses em defesa contraiu-se de 10,4% em 2003-7 para 7,6% em 2009-13 (International Institute for Strategic Studies, 2014, p. 210). Essa tendência acompanha aproximadamente a desaceleração da taxa de crescimento geral da economia chinesa. Mesmo a taxa de crescimento menor dependeu de um *boom* de investimento baseado em endividamento, projetado pelo governo em resposta à Grande Recessão de 2008-9. Porém, agora analistas preveem que a China pode enfrentar uma “recessão de balancete”, na qual empresas fortemente endividadas concentram-se em cortar suas dívidas, reduzindo, como resultado, a demanda efetiva e a produção (Wildau, 2014).

Mas seja o que for que o futuro guarde para a economia chinesa, a distância que a separa da americana permanece, na verdade, expressiva. Mais cedo este ano, o Banco Mundial anunciou que o PIB chinês é agora maior que o dos EUA. Essa estimativa apoiou-se na controversa paridade do poder de compra (PPP) como medida da renda nacional, que ajusta diferenças em custos entre os países. Mas a China possui uma população de 1,356 bilhão, enquanto a dos EUA é de apenas 319 milhões. Mesmo utilizando a medida PPP, que pende a comparação a favor da China, em 2013 o PIB *per capita* dos EUA era US\$ 52.000, enquanto o da China era US\$ 9.800.¹⁰ O Estado americano ainda rege sobre uma economia muito mais rica que a da China. Economia que está, além disso, no centro do sistema financeiro global, emite a principal moeda de reserva e articula uma rede de alianças internacionais que enlaça os Estados capitalistas avançados em sua liderança política e militar (Callinicos, 2009, capítulo 5).

⁹ Todos os dados do International Institute for Strategic Studies (2014).

¹⁰ Cf.: <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2004rank.html>. Para as armadilhas das medidas de renda via PPP, ver Wade, 2014, pp. 315-319.

No entanto, a redistribuição global do poder econômico está conduzindo a uma intensificação da concorrência geopolítica. A segunda das crises mencionadas acima, a intervenção da Rússia na Ucrânia, em desafio aos EUA, à OTAN e à União Europeia, é o exemplo mais visível desse desdobramento, mas a partir da perspectiva de mais longo prazo, o que vem acontecendo na Ásia oriental – o quarto daqueles conflitos – é muito mais significativo. Muita atenção está direcionada ao acúmulo de poder naval chinês no Pacífico ocidental e a um conjunto de disputas territoriais nos mares da China meridional e oriental. A mais grave delas coloca China e Japão, a segunda e terceira maiores economias do mundo, uma contra a outra quanto à posse das ilhas desabitadas Diaoyu/Senkaku.

Para além do simbolismo nacionalista e das reservas de energia dispersas pela região, encontra-se a significância estratégica do Mar da China meridional. De acordo com o geoestrategista David Kaplan:

O Mar da China meridional funciona como o gargalo dos oceanos Pacífico ocidental e Índico – a massa de tecido econômico conectivo onde rotas marítimas globais convergem. Aqui encontra-se o centro do entorno [*Rimland*] navegável da Eurásia, pontuado pelos estreitos de Malaca, Sunda, Lombok e Macáçar. Mais da metade da carga mercante anual do mundo passa por esses pontos de estrangulamento, e um terço de todo o tráfego marítimo global (Kaplan, 2014, localização Kindle 222)¹¹.

A globalização econômica, ao elevar a dependência dos Estados de fluxos transnacionais de bens, tornou vital a manutenção de acesso a rotas-chave. Diziam o ditado no século XV, época em que o sudeste asiático era valorizado pelos Estados europeus como uma fonte de especiarias raras e caras: “Quem quer que seja o senhor de Malaca terá suas mãos na garganta de Veneza” (Dyer, 2014a, p. 26). Mais recentemente, Hu Jintao, presidente chinês em 2002-2012, falou a respeito de um “dilema de Malaca”, já que muito das exportações da China de bens manufaturados e das importações de energia e matérias-primas tem de passar por esses estreitos conectando o Oceano Índico e o Pacífico. Isso incitou a China a investir em rotas terrestres alternativas para o Oceano Índico que evitam os estreitos através de Myanmar e do Paquistão (Kaplan, 2010).

Enquanto isso, as rotas marítimas das quais depende a posição da China como a maior economia industrial e exportadora do mundo são protegidas pela

¹¹ Kim (2013) oferece uma análise marxista de rivalidades interimperialistas na Ásia Oriental. Ver também Friedberg (2012), Luttwak (2012) e Dyer (2014). Embora esses livros e o de Kaplan tenham sido escritos a partir da perspectiva do imperialismo americano, isso não os impede de oferecer informação e *insights* valiosos.

marinha americana, que tem dominado o Pacífico desde a derrota do Japão em 1945. Tal situação não é aceitável para os governantes da China, como indicado pela expansão da marinha do Exército de Libertação Popular e pelos pesados investimentos em sistemas bélicos (por exemplo, uma frota de submarinos que, em 2020, equiparar-se-á à dos EUA e o míssil DF-21, que pode atingir alvos móveis no mar tal como porta-aviões) que podem negar aos navios de guerra americanos acesso aos mares ao longo da costa chinesa. Kaplan cita Paul Bracken, da Universidade de Yale, no sentido de que a “China não está constituindo uma marinha convencional tanto quanto uma ‘marinha antimarinha’ destinada a empurrar as forças marítimas e aéreas dos EUA para longe da linha costeira da Ásia Oriental” (Kaplan, 2014, localização Kindle 706).

Mas o que vem acontecendo na Ásia é muito mais do que um confronto binário entre EUA e China. Estados em geral expandem seus gastos militares à medida que afirmam seus interesses uns contra os outros. Particularmente, desde que o nacionalista de direita Shinzo Abe assumiu como primeiro-ministro em 2012, o Japão tem se posicionado como o líder de uma coalizão anti-China. China, Taiwan, Vietnã, Malásia e Filipinas, todos com reivindicações contestadas sobre as Spratly, ilhas ricas em energia, nelas foram construídas estruturas para uso de suas marinhas. Kaplan aponta que

não é apenas a China que está melhorando suas forças armadas, também os países do sudeste asiático em geral. Seus orçamentos de defesa cresceram por volta de um terço na década passada, enquanto orçamentos de defesa europeus declinaram. Importações de armas na Indonésia, Singapura e Malásia elevaram-se em 84%, 146% e 722%, respectivamente, desde 2000. O gasto dirige-se a plataformas marítimas e aéreas, navios de guerra de superfície, submarinos com sistemas avançados de mísseis e caças de longo alcance. Recentemente, o Vietnã gastou US\$ 2 bilhões em seis submarinos, topo de linha, Kilo-class russos e US\$ 1 bilhão em caças russos. A Malásia inaugurou recentemente uma base para submarinos na ilha de Bornéu, mesmo à medida que a China desenvolve uma base subterrânea para 20 submarinos nucleares na ilha de Hainan, do outro lado do Mar da China meridional. Enquanto os Estados Unidos estiveram distraídos por guerras terrestres na Grande Ásia oriental, o poder militar vem silenciosamente se deslocando da Europa para a Ásia, onde autênticos complexos industriais civis-militares estão sendo construídos, com ênfase em forças marítimas (Kaplan, 2014, localização Kindle 383).

As antigas divisões da Guerra Fria não mais se encaixam em uma região onde, por exemplo, o Vietnã se volta aos EUA por equilíbrio contra a China, e a

Coreia do Sul é impelida em direção à China como contrapeso ao seu velho poder colonial, o Japão. O próprio Japão tem estendido tentáculos à Coreia do Norte, cujos governantes, ocasionalmente, direcionam mísseis de teste em sua direção. Como sustenta Kaplan, “multipolaridade em nível mundial já é um aspecto da diplomacia e da economia, mas o Mar da China meridional está pronto para demonstrar a que de fato se assemelha a multipolaridade em um sentido militar” (Kaplan, 2014, localização Kindle 319).

O fardo do império global

Em si mesma, a entrada da Ásia Oriental em um período de concorrência interestatal mais intensa não é uma ameaça direta à hegemonia americana. Ao contrário, uma maior assertividade chinesa pode ter o efeito de empurrar mais Estados asiáticos, além do Vietnã, em direção aos EUA¹². O problema mais profundo origina-se no próprio traço que distingue os EUA de todos os demais Estados – a saber, o fato de ser o único poder genuinamente global, mantendo uma posição dominante em todas as regiões-chave da economia mundial (América do Norte, Europa Ocidental, Ásia Oriental e Oriente Médio). Dito cruamente, quanto mais alastradas as crises, mais difícil é para Washington dedicar a atenção e os recursos necessários para resolver qualquer uma delas.

Esse problema foi um determinante crucial do declínio do antecessor dos Estados Unidos como poder capitalista hegemônico – a Grã-Bretanha – entre o final do século XVIII e início do século XX. A capacidade da Grã-Bretanha em administrar o equilíbrio de poder europeu dependia decisivamente da combinação de sua força econômica (como a primeira economia capitalista industrial e como o centro dos sistemas financeiro e de comércio internacionais) e dos recursos fornecidos pelo império, principalmente todo o dinheiro e mão de obra que o Raj extraía da Índia. No início do século XX, a hegemonia britânica foi posta sob pressão graças à emergência dos EUA e da Alemanha como concorrentes industriais e navais. Contudo, o que quebrou a coluna do império, mais do que qualquer outra coisa, foi a ameaça de desafios geopolíticos surgindo simultaneamente em três regiões-chave – Europa continental, Mediterrâneo e Ásia Oriental. Ao fim dos anos 1930, essa ameaça tornou-se realidade na figura do Eixo formado pela Alemanha nazista, a Itália fascista e o Japão. Ambas as estratégias empregadas por sucessivos primeiros ministros – apaziguamento sob Neville Chamberlain e confrontação ao Eixo, em aliança com os EUA, sob Winston Churchill – falharam em salvar o Império Britânico¹³.

¹² Esse é o fardo de Luttwak (2012).

¹³ Ver Darwin (2009), especialmente capítulos 8 e 11.

O poder econômico e militar americano é ainda muito maior do que o da Grã-Bretanha algum dia foi. Mas os EUA começam a enfrentar o mesmo tipo de problema, já que devem lidar com a ascensão da China, uma Rússia novamente assertiva e uma tensão contínua no Oriente Médio. Os contornos do problema já eram claros quando Obama assumiu o governo (Callinicos, 2010, capítulo 2). Sua solução foi dúplice: primeiro, liquidar a guerra fracassada de Bush na Ásia Ocidental (retirando as tropas americanas do Iraque em 2011 e, após uma fútil expansão inicial, do Afeganistão no ano seguinte), e em segundo lugar, realizar o célebre “giro” para a Ásia, dando prioridade à região Ásia-Pacífico nos esforços diplomáticos e recursos militares de Washington (p. ex. 60% da marinha americana)¹⁴. Mas, além dessa reorientação em prioridades geográficas, Obama tirou do fracasso dos neoconservadores a lição de que os EUA devem ser muito mais cautelosos no uso do poder militar. Isso já era evidente em sua recusa (apesar da pressão da então secretária de Estado, Hillary Clinton) em intervir demasiadamente na guerra civil síria e na rapidez com que se aproveitou da oposição do Congresso para abandonar sua ameaça de utilizar ataques aéreos para punir o regime de Assad pelo uso de armas químicas.

Em um discurso na Academia Militar de West Point, em maio, buscou generalizar a partir de sua experiência, desenvolvendo o que foi divulgado como uma nova doutrina estratégica:

Eis a minha conclusão: os Estados Unidos devem sempre liderar no cenário mundial. Se não o fizermos, ninguém mais o fará. As Forças Armadas [...] são e sempre serão a espinha dorsal daquela liderança. Mas as Forças Armadas dos EUA não podem ser o único — ou mesmo o principal — componente de nossa liderança em todas as instâncias. O fato de termos o melhor martelo não quer dizer que todo problema seja um prego¹⁵.

Obama reafirmou a “doutrina” própria de George W. Bush: “os Estados Unidos usarão de força militar, unilateralmente se necessário, quando nossos interesses centrais o exigirem”. Mas foi além para frisar que “para o futuro próximo, a ameaça mais direta para os Estados Unidos, internamente e no exterior, continua sendo o terrorismo. Mas uma estratégia que envolva invadir todo país que abrigue redes terroristas é ingênua e insustentável”, particularmente porque “a principal ameaça de hoje não mais advém de uma liderança centralizada da Al Qae-

¹⁴ Para uma crítica dessa última política, por provocar uma resposta agressiva-defensiva de Pequim, ver Ross, 2012.

¹⁵ <www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-west-point-academy-commencement-ceremony>.

da. Em vez disso, advém de afiliados e extremistas descentralizados da Al Qaeda, muitos com agendas focadas em países onde operam”¹⁶.

Em duas semanas, as palavras de Obama voltaram para assombrá-lo: em 10 de junho, Mossul, segunda maior cidade do Iraque, caiu sob o EIIS. Longe de ser uma turba fragmentada, nas palavras de Patrick Cockburn:

Movimentos com características da Al Qaeda [...] hoje comandam uma vasta região no norte e oeste do Iraque e leste e norte da Síria. A área sob seu domínio é centenas de vezes maior que qualquer território já controlado por Osama bin Laden, cujo assassinato, em 2011, foi tido como um grande golpe no terrorismo mundial. Na verdade, é desde a morte de bin Laden que os afiliados da Al Qaeda tiveram seus maiores sucessos (Cockburn, 2014, localização Kindle 112).

Mas o EIIS está longe de ser o único desafio à tentativa de Obama de evitar novas confrontações. Francis Fukuyama criticou-o por afirmar que “a única ameaça direta que enfrentamos é o terrorismo. Ele disse virtualmente nada sobre respostas de longo prazo às outras duas grandes ameaças à ordem mundial: Rússia e China [...], aliados que os EUA juraram defender estão agora ameaçados por nações industrializadas com forças armadas sofisticadas” (Fukuyama, 2014). Fukuyama é um ótimo barômetro para deslocamentos na opinião da classe dominante norte-americana – anunciando o fim da história e o triunfo do capitalismo liberal em 1989, exortando à guerra ao Iraque no fim dos anos 1990 e saltando prontamente do comboio neoconservador quando ficou evidente que a aventura Bush-Blair havia fracassado (Anderson, 2006). Agora ele reconhece que o impulso para disseminar globalmente o neoliberalismo não impediu um renascimento de desafios geopolíticos para os EUA e seus aliados.

Desses desafios, o russo é muito menos grave. Isso se deve em parte porque, mesmo sob Putin, a Rússia é uma sombra da URSS, apesar de sua determinação em manter controle econômico e político sobre as antigas repúblicas soviéticas ao longo de suas fronteiras orientais e ocidentais. Mas é também porque a Ucrânia importa muito menos para os EUA do que para a Rússia. A iniciativa de precipitar ali a crise veio da Comissão Europeia, da ala pró-ocidente da oligarquia ucraniana e de alguns Estados-membros da UE na Europa central e oriental, que têm contas a acertar com Moscou. Susan Watkins captura adequadamente o oportunismo reativo que os EUA demonstraram:

¹⁶ <www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-west-point-academy-commencement-ceremony>.

Para Washington, enquanto isso, há apenas o automatismo imperial do *hegemon* global: se existe um vácuo de poder em um país de tamanho médio, o reflexo do Departamento de Estado é adentrar e assumir o comando. Na Ucrânia, os EUA têm muito menos a perder que a UE, embora também muito menos a ganhar que a Rússia. Mas a partir do momento que a crise eclodiu em Kiev, Washington não pôde resistir à oportunidade de construir um regime de acordo com seus interesses (Watkins, 2014, p. 11).

Como todos os governos dos EUA, o de Obama tem seus gaviões – mais notavelmente Victoria Nuland, secretária-assistente de Estado para Assuntos Europeus e Eurasianos e um resquício neoconservador da administração Bush. Ela foi grampeada, em fevereiro, discutindo como inserir o nacionalista ucraniano ocidental Arseniy Yatsenyuk no governo (ele foi devidamente nomeado primeiro-ministro após a deposição do presidente Viktor Yanukovich) e descartando Bruxelas com a frase infame: “Sabe, foda-se a UE”¹⁷. Mas a estratégia dominante do governo tem sido de forçar uma relutante e dividida UE a adotar planos de sanções cada vez mais duros para punir a Rússia por anexar a Crimeia e desestabilizar a Ucrânia, mas também de evitar uma confrontação mais aberta. Essa é uma abordagem de baixo custo: os EUA têm ligações econômicas muito mais limitadas com a Rússia do que a UE, então as sanções mais robustas que Washington impôs não causam muitos danos. Mas uma resposta militar (para além de medidas limitadas a fim de impulsionar a periferia oriental da OTAN) nunca esteve na agenda. Operações convencionais de larga escala tão próximas à Rússia estão provavelmente além dos recursos do Pentágono e podem, de qualquer forma, resultar em um apelo a armas nucleares por Moscou.

A política ocidental em relação à intervenção da Rússia na Ucrânia – suficiente para ferir, mas não suficiente para matar – favoreceu os interesses de Putin. A integração da Ucrânia no bloco ocidental ameaça trazer a OTAN às fronteiras da Rússia – um bônus para Washington, mas uma ameaça mortal para Moscou. Surfando uma onda de nacionalismo, Putin rapidamente tomou posse da Crimeia, mas em outras localidades da Ucrânia usou táticas mais sutis. Um artigo fascinante (mesmo que algo superestimado) no *Financial Times*, no fim de agosto, expressou as frustrações da OTAN em relação a como a Rússia vinha lhe superando na Ucrânia:

Em público, líderes da OTAN falam da mentalidade de século XX de Vladimir Putin. [...] Mas, privadamente, eles são mais francos – e preocupados – em relação às táticas de século XXI que o Sr. Putin vem

¹⁷ <www.bbc.co.uk/news/world-europe-26079957>. Ver também (Dyer, 2014b).

usando. As ações da Rússia na Ucrânia pulverizaram a ideia de que tecnologias de comunicação em expansão e interdependência econômica estavam promovendo uma espécie de grande negociação.

Ao invés disso, genocídio, irredentismo e agressão militar, que eram tidos como em declínio, estão vivos e bem, encontrando novos e poderosos meios para serem empregados na Ucrânia e além. [...] A OTAN refere-se a essa forma de conflito como “guerra híbrida”. O termo refere-se a uma ampla variedade de ações hostis, das quais a força militar é apenas uma parte pequena, que são invariavelmente executadas conjuntamente como parte de uma estratégia flexível e com objetivos de longo prazo.

Previsivelmente, a apresentação mais lúcida do conceito é russa. Em fevereiro de 2013, Valeri Gerasimov, o recém designado Comandante de Estado-Maior russo, escreveu um artigo no jornal da defesa russa *VPK*.

Guerra e paz, escreveu o Sr. Gerasimov, em termos que agora parecem proféticos, estão tornando-se mais tênues.

“Métodos de conflito”, ele escreveu, mudaram e agora envolvem “a utilização ampla de medidas políticas, econômicas, informacionais, humanitárias e outras medidas não-militares”. Tudo isso, diz ele, poderia ser complementado pelo atijamento da população local como uma quinta coluna e por forças armadas “ocultadas” (Jones, 2014b).

Então, precisamente o que Putin não fez, a despeito das denúncias intermináveis e carregadas de *cliché* de líderes do ocidente e seus ecos midiáticos, foi enviar tanques à Ucrânia, como a União Soviética na Hungria em 1956 e na Checoslováquia em 1968. Ao invés disso, Moscou forneceu comando e controle, inteligência, forças especiais e armamento pesado às milícias pró-Rússia no sudeste da Ucrânia. Somente quando a ofensiva do governo de Kiev, durante o verão, ameaçou sobrepujar seus oponentes foi que a Rússia despachou tropas regulares fortemente armadas em meados de agosto. Elas obrigaram as forças governamentais a um recuo desordenado e deram ao presidente ucraniano Petro Poroshenko pouca alternativa exceto negociar o cessar-fogo que Putin prontamente ofereceu. Dmitri Trenin, diretor do Centro Carnegie de Moscou, explicou a estratégia do presidente russo ao *Financial Times*:

Ao escalar o envolvimento da Rússia na Ucrânia oriental nas últimas semanas e despachar tropas russas regulares, o Sr. Putin enviou uma mensagem a Kiev de que não permitiria que forças ucranianas derrotassem os rebeldes pró-Rússia.

“Ele pôs seu dedo no equilíbrio da batalha, não seu punho inteiro. E isso foi suficiente para impedir a vitória das forças ucranianas”, disse o Sr. Trenin. O principal alvo do presidente russo, acrescentou, foi posicionar Moscou para ter “influência suficiente para afetar decisivamente o que acontece em Kiev”, e impedir que se junte a alianças ocidentais como a OTAN (Olearchyk, Farchy & Buckley, 2014)¹⁸.

Assim, mesmo uma enfraquecida Rússia foi capaz de superar a OTAN em seu “exterior próximo”. A China é uma questão muito mais difícil. Parcialmente por causa do tamanho e dinamismo de sua economia e do discurso com o qual, como vimos, está expandindo seus recursos militares. Mas também é porque, como a Rússia, seu foco é primariamente regional, e não global. Como Geoff Dyer afirma:

A China não tem intenção alguma em desafiar os EUA ao redor do globo nas próximas décadas. Não tem nenhum interesse em estabelecer uma presença naval significativa no Caribe, por exemplo, ou em colocar soldados na Europa continental. Ao invés disso, está focada na Ásia. [...] A China não precisa nivelar-se com os EUA dólar por dólar para atingir seus objetivos: precisa apenas gastar o suficiente para mudar o equilíbrio estratégico no Pacífico Oriental. Os estrategistas chineses falam de guerra, táticas e ferramentas “assimétricas” que podem habilitar um país mais fraco e menor a infligir grandes danos a um rival maior. A China não está se preparando para uma guerra com os EUA. Na verdade, a meta é alcançar os objetivos políticos de Pequim sem jamais disparar sob raiva. Ao contrário, sua expansão militar é elaborada para gradualmente modificar os cálculos de comandantes americanos, para dissuadi-los de considerar operações militares em qualquer área próxima da costa da China, e para empurrá-los lentamente para mais longe no Pacífico (Dyer, 2014b, pp. 44-45).

De volta ao atoleiro

Como já assinalado, não está para além do poder de Washington responder efetivamente a esse desafio, mediante uma combinação de reposicionamento de instalações militares e da exploração dos temores do expansionismo chinês entre os vizinhos de Pequim. Mas isso requer uma concentração de tanto atenção como recursos na Ásia oriental. O avanço do EIIS – a terceira das crises que listamos no início – está ameaçando bloquear efetivamente esse pivô. Como ar-

¹⁸ Ver também Olearchyk e Buckley (2014).

gumentado em nossa última edição¹⁹, a ascensão do EIIS é essencialmente o produto de dois fatores. Em primeiro lugar, o fracasso da ocupação anglo-americana do Iraque forçou os Estados Unidos a transferir o controle para um regime xiita crescentemente extremista e autoritário, comandado por Nouri al-Maliki, que segregou a minoria árabe sunita de tal forma, que o EIIS foi capaz de dominar primeiro Faluja e depois Mossul com relativa facilidade. Segundo, a guerra civil extremista principiada pelo regime de Assad em resposta à Revolução Síria de 2011 deu ao EIIS o espaço no qual ele poderia dominar grandes áreas da Síria oriental, a partir de onde ele poderia iniciar seus ataques contra o Iraque (Callinicos, 2014).

O EIIS é uma organização jihadista sunita extremista, cuja inspiração original provém da Al-Qaeda. Ele de fato desenvolveu-se a partir da Al-Qaeda na Mesopotâmia. Em meio ao caos promovido pela invasão de 2003, esse grupo, liderado por Abu Musab al-Zarqawi até que ele fosse morto pelos norte-americanos em 2006, especializou-se em ataques extremistas cruéis contra a maioria xiita no Iraque. Essa estratégia ajudou a impedir a consolidação de um movimento de resistência unificado à ocupação dos EUA (Napoleoni, 2005). Mas o EIIS evoluiu de formas que são significativamente diferentes com relação ao Al-Qaeda. Jason Burke argumenta que, no auge de seu poder, a Al-Qaeda funcionava não como um “grupo terrorista hierárquico coerente, com um único líder, uma ideologia claramente uniforme e uma habilidade para conceber e executar projetos globalmente”, mas muito mais como uma companhia capitalista de risco que contrata e financia projetos propostos a ela por diferentes grupos jihadistas mundo afora. Em seguida a sua expulsão do Afeganistão em 2001, “tudo o que resta é a ideia da ‘Al-Qaeda’” (Burke, 2004, pp. 231; 232; 290). A natureza amorfa da Al-Qaeda casava-se bem com o discurso da moda sobre o futuro da guerra residir em conflitos “assimétricos” entre Estados e atores “não-estatais” organizados em redes.

Mas, como seu nome sugere, a ambição do EIIS é de tornar-se um estado – de fato, ele já se proclamou um Califado. Isso reflete seu desejo por restaurar a política da era islâmica clássica como uma alternativa para os males da modernidade e a dominação do Ocidente. Isso é literalmente uma ideologia reacionária, mas sua visão utópica da comunidade política transnacional islâmica permitiu ao EIIS atrair seguidores em muitos países. Também legitimou a construção de um novo Estado nas áreas controladas pelo EIIS na Síria oriental e no Iraque ocidental, onde ele está desenvolvendo sistemas de contabilidade e controle burocrático muito modernos. O EIIS está evoluindo desde resgates de sequestros e pagamentos por proteção para fontes mais tradicionais de receita, exigindo uma taxa mensal de US\$ 2 de donos de loja, e introduzindo tarifas públicas.

¹⁹ [N.T.] Edição 143 do periódico *International Socialism*.

A tomada de Raqqa no último ano deu ao EIIS controle sobre o campo de petróleo da Síria oriental, e ele vem empregando a extensa rede clandestina estendida pelas fronteiras da Síria, Iraque e Turquia para vender estimados 80.000 barris por dia (Jones, 2014a; Daragahi & Solomon, 2014). Muitos pensadores burgueses encararam o Estado como uma organização extorsiva de proteção, na qual os donos de propriedade pagam em troca da segurança de suas pessoas e posses. O EIIS parece compreender esse *quid pro quo*. Os relatos iniciais de que ele teria roubado os cofres dos bancos de Mossul demonstraram-se falsos: os bancos permaneceram abertos durante o regime jihadista.

Agora, Obama comprometeu-se a “decompor e, finalmente, destruir” esse proto-Estado. Sua estratégia enfrenta duas contradições fundamentais. A primeira é preservar os restos de seu compromisso com o fim das guerras externas dos EUA. Obama prometeu que a contribuição dos EUA para derrotar o EIIS seria confinada puramente ao poder aéreo. Mas o EIIS possui uma força aérea altamente móvel e efetiva, de maneira que precisaria ser derrotada por tropas no solo. De fato, Obama já enviou aproximadamente 1.220 tropas norte-americanas para o Iraque e anunciou despachar outras 475 em 10 de setembro²⁰. Sua missão é “orientar” o exército do Iraque, mas todo mundo sabe que o envolvimento dos Estados Unidos com a guerra em terra no Vietnã iniciou com John F. Kennedy enviando números crescentes de “orientadores” no início dos anos 1960.

O general Martin Dempsey, chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA, recusou em mais de uma ocasião descartar o retorno das tropas terrestres norte-americanas ao Iraque. Em 25 de setembro, ele disse a um jornalista: “Se você está sugerindo que eu deveria, em algum momento, recomendar que nós tenhamos uma ampla força em solo para derrotar [o Estado Islâmico], a resposta é também com certeza”. Ele rapidamente emendou: “Mas não precisa ser de norte-americanos”. A “força ideal” seria uma “composta de iraquianos e curdos e da oposição moderada da Síria” (Rosen, 2014).

A solução para a primeira contradição – a nova “coalisão da boa-vontade” [*coalition of the willing*] de Obama – leva a uma segunda. Evidentemente, as tropas terrestres não virão da Grã-Bretanha ou de qualquer outro dos Estados da OTAN, seriamente ocupados com seus cortes de orçamentos de defesa. Eles terão de vir, portanto, da própria região. Mas aqui há um pântano de dificuldades políticas. Capital baseado no Golfo agora domina economicamente a Arábia oriental, provendo uma retaguarda crucial para as contrarrevoluções no Egito e na Síria (Hanieh, 2011). A Arábia Saudita e outros estados do Golfo desempenharam seu papel na transformação da Revolução Síria numa guerra civil extremista ao tomar o conflito como uma oportunidade de fortalecer o poder árabe sunita

²⁰ [N.T.] Provavelmente, Callinicos refere-se a setembro de 2014 mesmo, muito embora a publicação original do artigo tenha sido em outubro de 2014.

ne região contra seus oponentes xiitas (a base extremista alauíta de Assad é uma ramificação xiita, e seu regime é um aliado próximo do Irã). Grande parte do dinheiro e armas que eles despejaram na guerra síria acabaram nas mãos de grupos jihadistas como o EIIS ou Jabhat al-Nusra, afiliado oficial da Al-Qaeda. Ademais, a legitimidade da monarquia saudita deriva do wahhabismo, a interpretação ultrapurista do Islã que inspira a Al-Qaeda e suas ramificações.

Então – em que pese o envolvimento dos Estados do Golfo na campanha aérea contra o EIIS –, eles estão muito comprometidos com os jihadistas para serem confiáveis. A Turquia, supostamente o poder regional em ascensão, está numa posição complicada, que também a torna ambivalente com relação ao EIIS. A ideia de que o exército iraquiano poderia preencher essa lacuna é risível. O regime do Iraque tornou-se durante a ocupação aquilo que um ex-ministro iraquiano chamou de “uma cleptocracia institucionalizada” (Cockburn, 2014, localização Kindle 417)²¹. A corrupção permeia o exército: então não é uma surpresa que ele tenha abandonado primeiro Faluja e depois Mossul para combatentes do EIIS numericamente inferiores, mas altamente motivados, deixando à disposição dos vitoriosos novas armas e veículos fornecidos pelos EUA. Quanto ao “moderado” Exército Livre da Síria [ELS], uma deserção do EIIS demanda que “encontros do conselho militar do ELS fossem invariavelmente frequentados por representantes dos serviços de inteligência sauditas, dos Emirados Árabes Unidos, jordanianos e catariano, assim como por agentes da inteligência dos EUA, Grã-Bretanha e França” (Cockburn, 2014, localização Kindle 585). Os comitês locais que emergiram a partir da insurreição original representam forças populares mais autênticas, mas, em termos práticos, o ELS tem se alinhado militarmente com os jihadistas.

Resta o regime de Assad. Sua relação com o EIIS tem sido ambígua. Suas tropas tenderam à evitar a luta com os jihadistas, concentrando seus ataques no braço mais secular da revolução. Ademais, de acordo com o *Financial Times*, o EIIS “vende óleo para o regime de Assad, de acordo com diversas fontes independentes com grande conhecimento de causa. O regime ‘mantém as luzes acesas’ em algumas cidades controladas pelo EIIS em troca de barris, afirma um oficial da inteligência do Ocidente” (Jones, 2014a). Mas a crise criada pela queda de Mossul encaixou-se perfeitamente com as demandas de Assad por estar na linha de frente da “guerra ao terrorismo”. Alguns proeminentes intelectuais da diplomacia dos EUA – por exemplo, Richard Haass, diretor de planejamento diplomático do Departamento de Estado durante o governo do jovem Bush, e Philip Bobbitt, que possui conexões no Partido Democrata – agora advogam uma aliança tática com Assad contra o EIIS (Haass, 2014; Bobbitt, 2014). Isso tem uma lógica

²¹ (Cockburn, 2014, localização Kindle 417).

realista, assim como tem o passo seguinte de cooperação com os apoiadores de Assad em Teerã. Mas isso deixaria os sauditas e outros xeicados do Golfo furiosos, e confirmaria o argumento do EIIS para defender os sunitas contra um mundo opressivo e hostil.

Portanto, os EUA estão sendo arrastados de volta ao envolvimento militar no Oriente Médio, onde eles têm diante de si um conjunto de alternativas intragáveis. Com isso, eles estão tentando apoiar um *status quo* regional que está se esfacelando em virtude de tensões internas acumuladas. Esse *status quo* tem muitas vítimas, sendo os palestinos o caso mais óbvio. O último ataque de Israel a Gaza (o primeiro dos conflitos listados no início desse artigo) era, de fato, nada mais do que um episódio na guerra permanente que o Estado sionista deve promover para perpetuar a despossessão e subjugação dos palestinos. Embora os EUA tenham mantido seu apoio de praxe para Israel – reabastecendo-o com armas que as Forças de Defesa de Israel (FDI) estava usando indiscriminadamente para massacrar civis –, o preço dessas ofensivas é crescente. As FDI foram pegas de surpresa pelas inovações militares do Hamas desde seus últimos ataques a Gaza – em particular, o complexo de túneis subterrâneos e o treinamento de combate e o equipamento dos combatentes do Hamas – e as baixas de Israel foram maiores do que previamente. Mas, como a imensa vantagem militar de Israel erode lentamente, não há saída para esse impasse estrutural originado da dependência da segurança israelense com relação à opressão dos palestinos.

Numa escala regional, a figura é menos de entrave do que de fluidez. As mesmas causas por trás da ascensão do EIIS – a catastrófica invasão do Iraque e as revoluções árabes – desestabilizaram todos os regimes árabes. Obama, como seu predecessor, agora emprega o poder miliar norte-americanos para congelar esse fluxo. É improvável, como vimos, que ele venha a ser bem-sucedido. Ao longo do caminho, contudo, essa nova intervenção sem dúvida causará muito sofrimento humano e estrago político, com toda probabilidade de reforçar, em lugar de enfraquecer, o EIIS. O sucesso das forças contrarrevolucionárias na região – acima de tudo no Egito, o coração do mundo árabe – deu a iniciativa para a reação, qualquer que seja o formato que ela assuma – os EUA, Israel, Arábia Saudita, EIIS. No bombardeio de Gaza pelas FDI, nos massacres extremistas no Iraque e na Síria, na repressão contrarrevolucionária do Egito, na campanha aérea orquestrada pelos EUA vemos imagens concretas da barbárie que Rosa Luxemburgo predisse que tralaria a humanidade na ausência de uma revolução socialista. Todas as fichas estão numa nova onda revolucionária.

Para os revolucionários, opor-se à campanha aérea de Obama – e as demais ações militares que vierem a seguir – deveria ser óbvio. (Deveríamos também, claro, nos opor à expansão da OTAN na Europa central e oriental.) Mas essa oposição precisa ter claro o entendimento de que a última intervenção militar dos EUA no Oriente Médio possui como pano de fundo uma renovação das rivalidades

interimperialistas numa escala inédita desde o fim da Guerra Fria. O anti-imperialismo, durante aquela era, exigia não simplesmente opor nosso “próprio” imperialismo, mas também recusar o embelezamento das ações de seus rivais e o entender que eles também operam de acordo com uma lógica imperialista. A mesma posição é necessária hoje, com a complicação de que atualmente nós vemos uma competição interestatal multipolar. Isso é mais claro na Ásia oriental. Numa escala global, os EUA permanecem como o único poder mundial, mas enfrentam desafios regionais sérios impostos pela Rússia e pela China, e, no interior do bloco ocidental, a Alemanha e o Japão estão novamente assertivos.

Compreender essa complexidade não é apenas um exercício acadêmico. Se nós atribuímos um papel “progressista” aos rivais norte-americanos, nós perdemos o fio da meada da luta de classes. O antagonismo principal no mundo torna-se aquele entre Estados e não o entre classes. Mas, por detrás de seus conflitos de interesse reais, todos os Estados capitalistas de ponta estão unidos por sua dependência comum da exploração do trabalho assalariado. Como Lenin e Luxemburgo haviam entendido tão bem em 1914, a crítica do sistema imperialista é uma ferramenta política essencial para unir os trabalhadores contra o capital.

Referências

- ANDERSON, Perry. Inside Man *In: The Nation* (24 de abril), 2006. Disponível em: <www.thenation.com/article/inside-man>.
- BINNSi, Peter. Understanding the New Cold War *In: International Socialism*, 19 (spring), 1983.
- BOBBITT, Philip. Choose Enemies Carefully But Be Less Picky about Allies *In: Financial Times* (29 August), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/ad07797a-2ed9-11e4-afe4-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- BRENNER, Robert. *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy*. London; New York: Verso, 2002.
- BURKE, Jason. *Al-Qaeda: The True Story of Radical Islam*. London: Penguin, 2004.
- CALLINICOS, Alex. *The New Mandarins of American Power: The Bush Administration's Plans for the World*. Cambridge; Malden: Polity, 2003.
- _____. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge; Malden: Polity, 2009.
- _____. *Bonfire of Illusions: The Twin Crises of the Liberal World*. Cambridge; Malden: Polity, 2010.
- _____. Nemesis in Iraq *In: International Socialism* 143 (summer), 2014. Disponível em: <www.isj.org.uk/?id=981>.
- CLARK, Christopher. *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. London: Penguin, 2012.
- COCKBURN, Patrick. *The Jihadis Return: ISIS and the New Sunni Uprising*. New York; London: OR Books, 2014.

- DARAGHI, Borzou, & SOLOMON, Erika. Fuelling ISIS Inc *In: Financial Times* (21 September), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/2/34e874ac-3dad-11e4-b782-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- DARWIN, John. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World System, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DEUTSCHER, Isaac. *The Great Contest: Russia and the West*. New York: Ballantine Books, 1961.
- DYER, Geoff. *The Contest of the Century: The New Era of Competition with China - and How America Can Win*. London: Allen Lane, 2014a.
- _____. US Diplomat Victoria Nuland Faces Questions over Strategy *In: Financial Times* (31 de julho), 2014b. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/a4f13052-18ca-11e4-80da-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- FERGUSON, Rob. Ukraine: imperialism, war and the left *In: International Socialism* 144 (spring), 2014. Disponível em: <<http://isj.swp.org.uk/www.isj.org.uk/index177f.html?id=1019&issue=144>>.
- FRIEDBERG, Aaron. *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: W. W. Norton & Co., 2012.
- FUKUYAMA, Francis. ISIS Risks Distracting US from More Menacing Foes *In: Financial Times* (25 de junho), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/68428a5a-f7c0-11e3-90fa-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz35qWVRlx>.
- GOWAN, Peter. *The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance*. London: Verso, 1999.
- HAASS, Richard. Look to Syria to Halt the Deadly March of ISIS *In: Financial Times* (26 de agosto), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/8f5ff39a-2c39-11e4-8eda-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz3ERM4pdQy>.
- HANIEH, Adam. *Capitalism and Class in the Gulf Arab States*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HOBSON, John A. [1902] *Imperialism: A Study*. London: Allen & Unwin, 1938.
- International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2013*. London: Taylor & Francis, 2013.
- _____. *The Military Balance 2014*. London: Taylor & Francis, 2014.
- JONES, Sam. Diverse Funding and Strong Accounting Give ISIS Unparalleled Wealth *In: Financial Times* (22 de junho), 2014a. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/21e8c922-f95d-11e3-bb9d-00144feab7de.html#axzz3ERM4pdQy>.
- _____. Ukraine: Russia's New Art of War *In: Financial Times* (28 de agosto), 2014b. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/2/ea5e82fa-2e0c-11e4-b760-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.

- KAGARLITSKY, Boris. Ukraine's Uprising against Nato, Neoliberals and Oligarchs—an Interview with Boris Kagarlitsky *In: Counterfire* (8 de setembro), 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pgnnpn64>>.
- KAPLAN, David. *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. New York: Random House, 2010.
- . *Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific*. New York: Random House, 2014.
- HA-YOUNG, Kim. Imperialism and Instability in East Asia Today *In: International Socialism* 138 (spring), 2013. Disponível em: <www.isj.org.uk/?id=882>.
- LUTTWAK, Edward. *The Rise of China vs. the Logic of Strategy*. Cambridge (US): Harvard University Press, 2012.
- NAPOLEONI, Loretta. *Insurgent Iraq: Al Zarqawi and the New Generation*. London: Constable, 2005.
- OLEARCHYK, Roman, & BUCKLEY, Neil . How Russia Forced Ukraine into a Ceasefire with Rebels *In: Financial Times* (12 de setembro), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/3a243bb4-3a5f-11e4-bd08-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz3ERM4pdQy>.
- OLEARCHYK, Roman; FARCHY, Jack & BUCKLEY, Neil . Putin and Poroshenko Weigh Ceasefire and Prospect of “Frozen Conflict” *In: Financial Times* (3 de setembro), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/828004a6-3389-11e4-ba62-00144feabdc0.html#axzz3ERM4pdQy>.
- ROSEN, James. US Combat Role in Iraq Not Off Table, Gen. Dempsey Says *In: The News & Observer* (26 de setembro), 2014. Disponível em: <www.newsobserver.com/2014/09/26/4184661_us-combat-role-in-iraq-not-off.html?rh=1>.
- ROSS, Robert. The Problem with the Pivot: Obama's New Asia Policy is Unnecessary and Unproductive *In: Foreign Affairs* (novembro-dezembro), 2012. Disponível em: <www.foreignaffairs.com/articles/138211/robert-s-ross/the-problem-with-the-pivot>.
- WADE, Robert H. Growth, Inequality, and Poverty: Evidence, Arguments, and Economists *In: RAVENHILL, John (ed.). Global Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- WATKINS, Susan. Annexations. *In: New Left Review*, II/86, 2014. Disponível em: <newleftreview.org/II/86/susan-watkins-annexations>.
- WILDAU, Gabriel. China Risks ‘Balance-Sheet Recession’ as Stimulus Impact Wanes. *In: Financial Times* (21 de setembro), 2014. Disponível em: <www.ft.com/cms/s/0/14404880-3fdb-11e4-a381-00144feabdc0.html?siteedition=uk#axzz3E1XCsvNj>.
- WOLF, Martin. *The Shifts and the Shocks: What We've Learned – and Have Still to Learn – from the Financial Crisis*. London: Penguin, 2014.

Recebido em 12 de junho de 2015
Aprovado em 19 de junho de 2015